

PRESERVAR O QUE É VÁLIDO

Maria José Maninha

O projeto de lei que propõe o loteamento de áreas verdes do Park Way, de autoria do Executivo, é mais uma tentativa de descaracterizar Brasília e sua nobreza de concepção, e a sua retirada da pauta de votações da Câmara Legislativa está longe de dar por finda a luta dos moradores e de quem pensa no futuro de Brasília.

O governo não desistiu do projeto. Apenas suspendeu-o temporariamente, para atender à reivindicação dos moradores do Park Way e da oposição de submetê-lo a uma maior discussão. O governo também aponta, como concessão, a submissão do projeto a Estudo de Impacto Ambiental (EIA), conforme previsto em lei.

Desafio alguém a citar um só caso em que um EIA/Rima (Relatório de Impacto Ambiental) tenha concluído pela não execução de um empreendimento. No máximo o consultor vai listar os problemas que podem decorrer do loteamento e recomendar o monitoramento pelo órgão ambiental do governo, a Sematec. E Brasília não pode correr o risco de ficar nas mãos de qualquer que seja o titular da Sematec, ainda mais por ser um cargo político.

A gestão dos espaços urbanos e do nosso solo deve ser realizada com a grandeza de quem pensa na eternidade, e não no momento fugaz e atendendo a caprichos de determinados governos. No Plano Brasília Revisitada, elaborado por Lúcio Costa em 1987, o excepcional urbanista recomenda: (...) "trata-se, em suma, de respeitar Brasília. De complementar com sensibilidade e lucidez o que ainda lhe falta, preservando o que de válido sobreviveu".

O projeto de loteamento do Park Way é uma afronta à concepção de Brasília, cidade que não se limita ao sítio tombado, mas que se relaciona, que interage com o que está em seu redor.

O Setor de Mansões Suburbanas Park Way (-MSPW), como foi denominado inicialmente, reflete um modo especial de viver. Ali a cidade se torna ambiente natural, com flora e fauna convivendo com as nascentes de águas cristalinas, sombreadas por diversas espécies nativas de árvores.

A proposta do governo desfigura o Park Way, adensando-o além da capacidade avaliada inicialmente. E os problemas que advirão não são restritos àquele ambiente, mas se refletirão diretamente em outras regiões, inclusive no Plano Piloto.

O Lago Paranoá, por exemplo, recebe todos os efluentes drenados daquela região, e um volume maior de esgotos domiciliares sobrecarregaria a Estação de Tratamento de Esgotos Sul. Além disso, a substituição da cobertura vegetal nativa por camadas impermeabilizantes como os telhados das residências, as ruas e vias pavimentadas que adviriam provocaria enchentes e assoreamento do Paranoá, sem esquecer a destruição da flora e da fauna ainda existente naquela região.

O projeto em discussão representa, se aprovado, um cheque em branco ao GDF para adensar e desfigurar aquela região ao seu bel prazer, pois a proposição nem sequer define a densidade populacional pretendida e o gabarito máximo dos prédios.

■ Maria José Maninha é deputada distrital pelo PT